



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

KALINE LIRA DE SOUZA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL EM CAJAZEIRAS-PB**

**CAJAZEIRAS – PB
2017**

KALINE LIRA DE SOUZA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL EM CAJAZEIRAS-PB**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Campina Grande UCFG de Cajazeiras - PB como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Aparecida Carneiro Pires.

**CAJAZEIRAS – PB
2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096

Cajazeiras – Paraíba

S729i Souza, Kaline Lira de.

A inclusão de crianças com Síndrome de Down em uma escola municipal em Cajazeiras-PB / Kaline Lira de Souza. - Cajazeiras, 2017.

48f.

Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Aparecida Carneiro Pires.

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2017.

KALINE LIRA DE SOUZA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL EM CAJAZEIRAS-PB**

Aprovada _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Aparecida Carneiro Pires.

Orientadora

Profa. Ms. Ane Cristine Hermínio Cunha

Membro suplente

Profa. Esp. Adriana M. de Souza Corrêa

Membro suplente

Prof. Dr. Alexandre Martins Joca

Membro suplente

Dedico este trabalho a minha professora orientadora, a qual teve a paciência de me ajudar a concluí-lo; dedico também a todos os professores do curso, os quais foram bastante importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia e que mostraram o valor do estudo para nós universitários acadêmicos. Dedico também aos próximos, que irão aprofundar os meus conhecimentos sobre a inclusão de crianças com Síndrome de Down nos anos iniciais do ensino fundamental.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que me conduziu e deu vida para a realização desse sonho, por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades que não foram poucas.

À esta universidade e todo seu corpo docente que contribuíram para que eu obtivesse conhecimento para chegar até aqui.

À minha orientadora Prof.^a: Dra. Aparecida Carneiro Pires, pela paciência, pelas correções, pelo suporte de seus conhecimentos.

Aos meus pais, Clodoaldo de Lira e Cícera Lira de Souza, que apesar de não terem tido oportunidade de estudarem sempre me incentivaram e apoiaram a estudar e sempre buscar algo melhor; ao meu namorado Damião Carlos Leite por toda compreensão e incentivo; e a minha irmã Raquel Lira de Souza.

Agradeço a todos meus amigos, professores, colegas de trabalho e de sala de aula que torceram por mim e enfim a todos que certa forma me ajudou.

Incluir é necessário, primordialmente, para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida em sua plenitude, com liberdade, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço a pagar seja bem alto, pois nunca será comparável ao valor do resgate de uma vida escolar marginalizada, de uma evasão, de uma criança estigmatizada sem motivos. (MANTOAN, 2003)

RESUMO

A educação Inclusiva é o processo de inclusão das pessoas que tem necessidades especiais ou algum distúrbio de aprendizagem na rede regular de ensino. Em se tratando da busca de uma sociedade inclusiva, faz-se necessário pensar em atividades de inclusão para além do ambiente escolar. Então buscando compreender esta realidade e encontrando este desafio no campo de atuação profissional, no qual apresenta uma aluna com Síndrome de Down, como objetivo geral este estudo procurou responder o seguinte problema de pesquisa: como ocorre o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down em uma escola de ensino regular da rede pública do município de Cajazeiras - PB, esta pesquisa buscou analisar a inclusão escolar de uma criança com Síndrome de Down no ensino regular, sendo delimitado como foco de investigação o ambiente de sala de aula do ensino fundamental. Para a coleta de dados foram utilizadas estratégias da metodologia de abordagem qualitativa, sendo que, para a obtenção de dados, a investigação recorreu às técnicas de observação e questionários aos educadores da escola. Neste contexto e com base nos objetivos específicos, optou-se por descrever a proposta de inclusão no relatar a concepção de inclusão dos profissionais diretamente envolvidos com a aluna Síndrome de Down; investigar a atuação docente no trabalho de inclusão desta criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino. Tais contribuições foram relevantes para uma reflexão sobre o processo inclusivo, considerando suas limitações e possibilidades. Os resultados apontaram que a inclusão desta criança é idealizada pela escola, mas sua realização depende de uma ressignificação do sistema escolar e principalmente da compreensão de inclusão escolar concebida pelos profissionais da educação. A intenção desta pesquisa não é somente apresentar uma crítica ao modelo de inclusão estudado, mas oferecer subsídios que contribuam para sua efetivação.

Palavras-chave: Criança Síndrome de Down. Educação. Atuação Profissional.

ABSTRACT

Inclusive education is the process of including people with special needs or some learning disorder in the regular network of education. When it comes to the search for an inclusive society, it is necessary to think about inclusion activities beyond the school environment. In order to understand this reality and to meet this challenge in the field of professional performance, in which she presents a student with Down Syndrome, as a general objective, this study sought to answer the following research problem: how does the process of inclusion of children with Down's Syndrome in a regular school of the public network of the municipality of Cajazeiras-PB, this research sought to analyze the school inclusion of a child with Down Syndrome in regular education, being delimited as a research focus the environment of the classroom of elementary school. For the collection of data, strategies of the methodology of qualitative approach were used, and to obtain data, the research used observation techniques and questionnaires to school educators. In this context and based on the specific objectives, it was chosen to describe the proposal of inclusion in the report on the inclusion conception of the professionals directly involved with the student Down Syndrome; to investigate the teaching performance in the work of inclusion of this child with Down Syndrome in the regular network of education. These contributions were relevant to a reflection on the inclusive process, considering its limitations and possibilities. The results pointed out that the inclusion of this child is idealized by the school, but its realization depends on a re-signification of the school system and especially on the concept of school inclusion conceived by education professionals. The intention of this research is not only to present a critique to the model of inclusion studied, but to offer subsidies that contribute to its effectiveness.

Keywords: Child Down Syndrome. Education. Professional performance.

LISTA DE SIGLAS

AEE- ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

CENE - CENTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

CEP-COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

ECA-ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

LBD-LEI DE DIRETRIZES E BASES

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDADES

SD- SÍNDROME DE DOWN

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 SÍNDROME DE DOWN - DEFINIÇÕES E ASPECTOS HISTÓRICOS.....	18
2.1 Histórico das políticas públicas voltadas a educação inclusiva no Brasil.....	20
2.2 Síndrome de Down e educação escolar: Inclusão e formação dos professores.....	24
2.3 Inserções escolares de alunos com Síndrome de Down.....	26
3 PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	29
3.1 Apresentação e discussão dos dados da pesquisa.....	31
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICE	

1 INTRODUÇÃO

O tema a ser trabalhado é o acesso de crianças com Síndrome de Down na escola regular, na qual estudaremos mais a fundo como se dá o ingresso dessas crianças nessas escolas, como é trabalhar com elas, as dificuldades encontradas tanto pelo professor quanto pelos os alunos em sala de aula.

A existência de mitos, preconceitos culturalmente enraizados e a falta de informações das pessoas acerca das potencialidades do indivíduo com Síndrome de Down constituem fatores que dificultam sua participação na sociedade. Nesse contexto, a inclusão dessas crianças é um dos mais importantes desafios vivenciados, principalmente, por educadores ou pelos pais destas crianças.

A legislação vigente é clara e direta a favor da inclusão, a exemplo da Própria Constituição Federal, que em seu artigo 208, afirma que é dever do Estado garantir atendimento educacional especializado AEE as pessoas com deficiência preferencialmente, na rede regular de ensino (BRASIL, 1988, p.77). Temos também a Lei de Diretrizes de Base (LDB) 9.394/96 que, destaca em seu capítulo V, que a educação das pessoas com deficiência terá que ser ofertada preferencialmente nas escolas de ensino regular, promovendo de maneira mais efetiva a integração dessas pessoas e não as segregando como era feita no passado. Ainda assim, é possível presenciar manifestações de dúvidas, incertezas e resistências por parte de professores, pais e da comunidade em geral sobre a inclusão de crianças com Síndrome de Down.

Os estudos sobre as características da interação entre alunos com e sem deficiência possibilitarão realizar ações planejadas para a promoção de relacionamentos afetivos entre pessoas com e sem deficiência e a compreensão de suas repercussões sociais.

Por muito tempo, a educação especial limitou-se a um sistema de ensino que acontecia paralelamente ao ensino regular.

Diante disso, segundo Mazzotta (1999) a ideia de inclusão é fruto de um momento histórico em transformação envolvendo aspectos políticos, culturais, sociais e filosóficos. A inclusão de crianças com deficiência tem gerado muita polêmica, principalmente na área do sistema educacional, devido à complexidade de fatores a serem revistos para sua implantação.

Conforme Almeida (2002, p.56) a “educação especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas com deficiência, condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino.”

Já em relação à escola inclusiva, a própria autora exhibe que “na escola inclusiva o procedimento educativo precisa ser abrangido como um método social, onde todas as crianças com deficiência e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal.” Almeida (2002, p.67)

A contestação entre os dois nomes reside no termo ‘inclusão’. Enquanto a educação especial recebe apenas discentes com deficiência ou altas habilidades. Já a educação inclusiva é uma proposta, no Brasil vigorada em lei, na qual define que as escolas necessitam disponibilizar o ingresso de alunos com deficiência ou altas habilidades no ensino regular.

A educação especial atua nas deficiências e especificidades dos alunos no processo educacional passando a integrar a proposta pedagógica da escola regular, ou seja, relaciona-se com o ensino regular orientando as atendimentos das necessidades educacionais dos educandos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades.

O conceito da inclusão é mais do que exclusivamente garantir o acesso à entrada de alunos nas instituições de ensino. A finalidade é eliminar as barreiras que restringem a aprendizagem e participação discente no processo educativo. A Resolução CNE/CEB nº 02/2001, no artigo 2º, determina que os “sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001, p.89).”

Segundo Ramos (2010) foi a partir do século XX, que os cidadãos começaram a atentar-se para o público com alguma deficiência de forma mais veemente, buscando uma sociedade inclusiva e, através dos movimentos sociais, levantando a bandeira da luta contra a discriminação, enfatizando que a escola não deve apenas aceitar, mas valorizar as diferenças.

Porém, essa mudança conceitual no atendimento com a pessoa com deficiência aconteceu de modo gradual até que chegasse ao modelo de educação inclusiva que é proposto nos dias atuais. Neste sentido, Ramos (2010) diz que:

Embora no século XX o olhar sobre a deficiência tenha avançado positivamente, as novas visões caminharam para uma concepção patológica, isto é, marcada, sobretudo pela ideia de doença. A pessoa com deficiência passou a ser “tratada” por uma perspectiva terapêutica. Surgiram institutos e escolas especiais com métodos também especiais que, embora se constituíssem em avanço na história da deficiência, ainda mantiveram (ou mantêm) os indivíduos segregados (RAMOS, 2010, p. 24).

No Brasil, o movimento de inclusão passou a ser discutido com mais efetividade após a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca (1994), onde o mesmo juntamente com diversos outros países firmou o compromisso de viabilizar junto ao sistema de ensino o acesso e a inclusão das pessoas com algum tipo de necessidade especial no âmbito do ensino regular, de modo a garantir a todos uma educação de qualidade. (UNESCO/SEESP, 2008). Esses valores ficam claros na Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994, p. 8-9) ao afirmar que:

[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos.

Buscando compreender a realidade e encontrando um desafio no campo de atuação profissional, esse estudo teve por escopo investigar, com base na literatura vigente, como ocorre o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down em escolas de ensino regular.

A integração da criança com deficiência na escola deve fazer parte dos objetivos de todos os profissionais da educação, na medida em que o ambiente escolar lhe permite a experimentação de uma diversidade maior de atividades.

Desde que bem acompanhada por uma equipe multidisciplinar, a criança com Síndrome de Down beneficia-se das aulas e da convivência com os colegas na escola regular. Pois, como sabemos, a equipe multidisciplinar é composta por um

conjunto de especialistas, em diversas áreas, trabalhando em equipe, em busca de um objetivo comum, por Exemplo: Especialistas da área de fisioterapia, fonoaudiologia, medicina, enfermagem, nutricionistas, trabalhando em conjunto para recuperação do paciente. No caso das escolas são os psicólogos, assistentes sociais, pedagogos entre outros. Conforme Salamanca (UNESCO, 1994, p. 8-9)

Esta convivência no ambiente escolar promove o desenvolvimento global da criança, o aprimoramento de habilidades e capacidades, a superação de dificuldades e a descoberta de que é parte integrante e atuante de uma sociedade. Também, possibilita as outras crianças aprenderem que o ambiente social é constituído de diferentes pessoas, com diferentes características e que estas diferenças devem ser respeitadas.

Segundo os autores Anhão, Pfeifer e Santos (2010) a convivência de crianças com SD, com as demais tem efeitos positivos para ambos. Diversos estudos evidenciam que ao incluir as crianças com deficiência no ensino regular juntamente com as demais crianças, os avanços na cognição, habilidades e sociabilidade são claramente evidenciados, assim como o progresso na aprendizagem.

Além disso essa interação dos alunos com as crianças que não possuíam qualquer tipo de deficiência foi também bastante favorecida pela inclusão, proporcionando aos mesmos uma interação bastante positiva, inclusive com o desenvolvimento de vínculos afetivos e superação de preconceitos (MARTINS, 1999). A interação entre elas é de extrema importância para que não se sintam excluídos e para que esta convivência os inspire e os incentive em vários aspectos do seu desenvolvimento.

Diante do que foi exposto, percebe-se a importância desse termo para Vygostky (1994) que a interação entre os pais e a escola para efetivação do processo de inclusão. Sendo assim, surgiu o seguinte problema investigação: Como ocorre o processo de inclusão dos alunos com SD em uma escola da rede municipal em Cajazeiras - PB. Assim, esta pesquisa busca como contribuição apresentar algumas questões que podem orientar profissionais da educação sobre estratégias para analisar inclusão escolar de qualidade para alunos com SD ao longo do ensino regular.

A escolha dessa temática surgiu no decorrer da pesquisa, numa escola da rede estadual de ensino, localizada na cidade de Cajazeiras - PB, a onde me deparei com uma criança com SD. O período de observação da pesquisa aconteceu entre 01 a 08 de Agosto de 2016, o segundo momento foi a intervenção que aconteceu no período entre 15 de Agosto a 05 de setembro de 2016. O que me chamou atenção foram as dificuldades que a mesma tinha em relação as outras crianças, isso fez com que houvesse uma aproximação com essa temática sobre a inclusão de crianças com SD nas escolas.

A temática é referente à inclusão de crianças com SD nos anos iniciais, a onde se optou pela observação e análise de seu cotidiano, quanto melhor a criança for aceita pela família e pela comunidade, maior será o seu desenvolvimento. Esse assunto procura fazer um trabalho de acordo com o desenvolvimento e aperfeiçoamento na formação do educando com SD desde seus passos iniciais a um ajustamento social. Em face desse contexto, formulou-se o seguinte objetivo geral: Investigar como ocorre o processo de inclusão de alunos com SD no ensino fundamental em uma escola da rede municipal em Cajazeiras - PB. Para tanto, se perseguiu os seguintes objetivos específicos:

- Buscou compreender o conceito histórico de Educação Inclusiva e SD a fim de perceber quais foram os avanços na área;
- Analisar na literatura como tem ocorrido a inclusão de crianças com SD;
- Compreender os desafios da inclusão de crianças com SD no ambiente escolar.

Trata-se de uma pesquisa de campo com caráter descritivo, pautando em dados qualitativos e quantitativos. Através do uso dos seguintes instrumentos e técnicas: questionário, observação e diário de campo.

O intuito dessa pesquisa é atribuído a mostrar como se revela o conhecimento de uma situação cuja expectativa é a exibição e inserção de crianças com SD nas escolas de ensino básico. Como universo da pesquisa adotou-se duas professoras da escola para responder o questionário, a da sala de aula e a do Atendimento Educacional Especializado (AEE). De acordo com a Resolução nº 466/12 e a Resolução n. 510/16, “toda pesquisa envolvendo seres humanos deve ser

submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)”, de forma que após recebida a sua aprovação, foi iniciada a coleta de dados, conforme prevê as resoluções.

Quanto à estruturação dessa pesquisa apresenta-se dividido em três capítulos onde, no capítulo 1, mostra a introdução que aborda um pouco sobre o acesso de crianças com SD na escola regular, que estudaremos mais a fundo como se dá o ingresso dessas crianças nesse ensino; como é trabalhar com elas, as dificuldades encontradas tanto pelo professor quanto pelos os alunos em sala de aula trabalham com as crianças que tem SD.

Já o capítulo 2 aborda a SD e suas definições, dando sequência ao presente trabalho as sessões que falam sobre os aspectos históricos das políticas públicas voltadas a educação inclusiva no Brasil, SD e educação escolar, mostrando a inclusão e formação dos professores, como se dá a sua inserção escolar e como é a interação da família junto a escola.

E, o capítulo 3, irá apresentar a análise de dados do presente trabalho a onde se deu por meio de informações e observações obtidas por uma pesquisa junto as professoras que chegaram a responderam um questionário sobre a inclusão de crianças com SD.

Por fim as considerações finais, terão a análise apresentada nesse estudo, onde a discussão trata-se da temática trabalhada que é a inclusão de crianças com SD em uma escola da rede pública da cidade de Cajazeiras - PB, no entanto essa pesquisa ajudou a ter mais conhecimento sobre o assunto tão discutido na sociedade, ainda tão recorrente e, com certeza, necessitado ser mais aprofundado.

A educação inclusiva tem sido discutida em termos não somente de novas estratégias de ensino, mas de maneira bem mais ampla como ações que levem a reformas escolares, melhorias nos programas de ensino e novas medidas de justiça social. Por isso, a inclusão pressupõe uma escola que se ajuste à todas as crianças, em vez de esperar que uma determinada criança com deficiências se ajuste a escola.

2 SÍNDROME DE DOWN - DEFINIÇÕES E ASPECTOS HISTÓRICOS

Nesta primeira sessão discuti acerca da SD e suas definições e aspectos históricos, pois como sabemos a SD é um distúrbio genético que ocorre ao acaso durante a divisão celular do embrião. Esse distúrbio ocorre, em média, em 1 a cada 800 nascimentos e tem maiores chances de ocorrer em mães que engravidam quando mais velhas. É uma síndrome que atinge todas as etnias.

De acordo com Stray-Gundersen(2007, p.36-37) ele ressalta que em 1866 um médico inglês chamado, John Langdon Down diferenciou a SD de outras condições, ele observou que um grupo de indivíduos que possuía algumas características comuns tais como face alargada, cabelos lisos e finos e nariz pequeno. Ele a definiu como um acidente genético, e também caracterizou essas pessoas como “mongolóides”. Vale ressaltar que este termo “Mongolóide não é mais utilizado atualmente, por ser considerado depreciativo à pessoa com SD.”

Os registros da SD datam de muito tempo . Escavações realizadas no Século VII dão conta de um crânio que apresentava algumas mudanças estruturais e semelhantes as presentes em uma criança com SD. Há também quem acredita que algumas esculturas esculpidas a quase 3.000 anos possuem traços semelhantes aos de pessoas com essa característica genética (PUESCHEL 2007, p. 45).

Durante muito tempo foram utilizadas para aqueles com SD, vários termos e denominações discriminadoras como; cretinismo furfurácio, idiotia mongolóide, criança mal acabada dentre outras ,(PEREIRA-SILVA; DESSEN, 2007).

Conforme afirmam Pereira-Silva; Dessen, (2007, p.166):

A Síndrome de Down (SD) tem registros antigos na história do homem, sendo os primeiros trabalhos científicos datados do século XIX. Contudo, a história da humanidade mostra crianças com SD sendo retratadas, principalmente, por pintores como Andrea Mantegna (1431-1506) e Jacobs Jordaens (1539-1678). Em 1838, Esquirol fez referência à síndrome em um dicionário médico. Outros registros são constatados na história, por exemplo, no livro de Chambers, datado de 1844, no qual a síndrome de Down é denominada “idiotia do tipo mongolóide”, e na descrição feita por

Edouard Seguin (entre 1846 e 1866) que se referia à síndrome como um subtipo de cretinismo classificado como “cretinismo furfuráceo”.

Para Pereira-Silva; Dessen, (2007) apresenta que existiu um período de dez anos sem que tivesse sido encontrados registros sobre a SD. Após 1866, nenhum registro de SD foi publicado por cerca de uma década, até que J. Frase e A. Mitchell descreveram, em 1876, pacientes com essa condição, denominando-os de “idiotas de Kalmuck”.

Mitchell chamou atenção para o pescoço encurtado (braquicefalia) e para a idade mais avançada das mães quando deram à luz. Fausto e Mitchell (2008) mereceram o crédito por terem fornecido o primeiro relato científico da SD numa reunião em Edimburgo, em 1875, quando Mitchell apresentou observações de 62 pessoas com esse distúrbio genético.

Segundo Pueschel (2007), a SD ou Trissomia 21 faz parte do grupo de não progressiva, isto é, que à medida que o tempo passa não demonstra acentuação na lentidão do desenvolvimento, nem o agente da doença se torna mais grave. Uma criança com SD tende a ser espontânea para a melhoria, por que o seu sistema nervoso central continua a amadurecer com o decorrer do tempo; o problema é que esse amadurecimento é mais lento do que o observado nas crianças normais.

As causas da SD são objetos de especulações por muitos cientistas, em busca de respostas acabam emitindo conceitos infundados.

Especulações a respeito da malformação dos bebês no período inicial de gestação, dois primeiros meses, devido a fatores ambientais (sífilis, tuberculose, alcoolismo ou regressão a um estado primitivo humano) não apresentavam justificativa fundamentada. Outras hipóteses começaram a apontar para a genética como sendo a causa da Síndrome de Down, no entanto ainda deixava a desejar com relação a uma base científica sólida que subsidiasse essa explicação. (PUESCHEL, 2007, p.53).

A partir da década de 30, alguns cientistas começaram a cogitar que a SD tratar-se-ia de uma anomalia cromossômica.

No entanto, naquela época, as técnicas para os exames dos cromossomos não estavam avançadas o suficiente a ponto de provar essa teoria. Quando os novos métodos laboratoriais tornaram-se disponíveis, em 1956, permitindo aos cientistas a visualização e o estudo dos cromossomos, descobriu-se que ao invés de 48 cromossomos previamente presumidos, havia 46 cromossomos em cada célula humana normal (PUESCHEL, 2007, p. 54).

Normalmente há 46 cromossomos em cada célula, aonde de acordo com seu tamanho eles se encontram dispostos em pares. São 22 pares de cromossomos “regulares” (autossomos) e dois que representam o sexo- o XX da fêmea (Figura 2) e o XY do macho- assim somam-se 46 numa célula normal (PUESCHEL, 2007). Gorgatti e Teixeira afirmam que:

A síndrome de Down pode ser definida como uma deficiência múltipla, caracterizada por alterações físicas, orgânicas, e intelectuais, provocadas por um distúrbio no 21º par de cromossomos. As células humanas, com exceção dos óvulos e dos espermatozoides, possuem 23 pares de cromossomos cada uma. Nas células dos indivíduos com Síndrome de Down, no entanto, existem três cromossomos no 21º nível, caracterizando células de 47 cromossomos cada uma (GORGATTI; TEIXEIRA, 2008, p. 371).

Vale ressaltar que, a característica da SD está ligada a alguns termos de anomalia, pois a mesma vem sendo uma ocorrência genética e não uma doença, isso quer dizer que ela não escolhe um determinado grupo ou classe social para surgir ou aparecer, então de fato todos estão sujeitos a ter um ente que tenha esta dificuldade no desenvolvimento cognitivo.

O tópico abaixo debaterá sobre os históricos das políticas públicas voltadas a educação inclusiva, mostrando um pouco da jornada enfrentada durante alguns anos.

2.1 Histórico das políticas públicas voltadas a educação inclusiva no Brasil

Para Gugel (2008 apud LIMA, 2015, p.18) a luta pela inclusão é uma jornada que remonta muito tempo e que vem sendo implementada a passos muito curtos ao

longo dos anos. Períodos mais antigos até os dias de hoje as pessoas que nascem com algum tipo de deficiência têm travado uma verdadeira batalha, inclusive pela própria sobrevivência, porque elas eram segregadas e, em algumas culturas, poderiam ser abandonadas, até mesmo mortas. De acordo com Gugel e Lima (2008), o tratamento dado à educação inclusiva das pessoas com deficiência no Brasil teve três momentos:

No primeiro momento, foi defendido que pessoas que fossem anormais precisariam ser internados, declarando que isto seria para sua própria proteção, em seguida por volta do início do século XX, difundiu-se a ideia de que estas crianças precisariam frequentar uma escola especial pelo fato de não serem aceitas na escola regular, e por último, o conceito de educação inclusiva que permanece até os dias de hoje, onde há uma preocupação maior do poder público em proporcionar a todas as crianças o acesso ao ensino fundamental na escola regular. (BUENO, 1997 apud PRIOSTE, 2007, p.19)

Atualmente há a necessidade de se obter, fornecer informações e conhecimento sobre as características e as peculiaridades da SD cabe ao poder público não estando isenta também a sociedade. O Estado deve fornecer capacitação e aprimoramento para os que venham a trabalhar com essas crianças assim como apoio e assistência para elas e aos familiares.

Por sua vez, para alguns autores como (Bueno e Prioste, 2007) mostram que o educador deve buscar entender e conhecer as peculiaridades destes indivíduos que possuem deficiência, aprimorando-se a fim de que sua prática docente alcance também esta demanda. No momento que o professor conhece as características desta síndrome de modo geral e também as especificidades do seu aluno, ele poderá trabalhar no intuito de amenizar as dificuldades no ambiente escolar, promovendo e estimulando o desenvolvimento e a melhora na qualidade de vida, criatividade e autonomia do mesmo com práticas e métodos que os atendam.

O Brasil tem se engajado na mobilização para a conscientização da sociedade com relação aos portadores¹ da SD e isso ocorreu juntamente com

¹ Cabe esclarecer que o termo "portadores" implica em algo que se "porta", que é possível se desvencilhar tão logo se queira ou chegue-se a um destino. E hoje esse termo não é mais usado, usa-se "pessoa com deficiência".

diversos outros países e organizações de abrangência mundial, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU, 2014).

Ban Ki-Moon/secretário geral da ONU, observou que “para crianças e adultos com síndrome de Down, a igualdade de acesso aos serviços de saúde é fundamental para o seu empoderamento e participação plena”. Isto foi reconhecido pelos Estados-membros da ONU no ano passado, durante a Reunião de Alto Nível da Assembléia Geral sobre Deficiência e Desenvolvimento, e está em consonância com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que reafirma que tal grupo populacional – incluindo aquelas pessoas com síndrome de Down – devem ter seus direitos humanos garantidos em pé de igualdade. (ONU, 2014)

Há vários objetivos está a inclusão de pessoas com SD no convívio social e escolar com crianças que não têm essa anomalia genética, pois a interação proporciona benefícios tanto para crianças com SD, quanto para as crianças que não possuem o distúrbio cromossômico, promovendo o respeito, a tolerância e combatendo o preconceito. É o que afirma o “Movimento Down”, órgão não governamental engajado na causa de pessoas com SD

Crianças com síndrome de Down que estudam com colegas sem deficiência beneficiam não só a si mesmas, mas também aos outros alunos da escola. Pesquisa recente realizada pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) concluiu que crianças que estudaram com colegas com deficiência desenvolveram atitudes positivas relacionadas à tolerância, respeito ao outro e abertura ao diálogo em um grau muito maior do que as que conviveram em ambientes mais homogêneos, (MOVIMENTO DOWN, 2014, p.86).

O Brasil, através de algumas diretrizes educacionais como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2010) que consiste em um conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação

Básica orientam as escolas na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas. Estas legislações em ao longo do tempo buscando viabilizar o acesso à educação, saúde e inclusão social de pessoas com deficiência de modo geral, incluindo entre eles as pessoas que possuem Trissomia 21. Segundo a legislação brasileira de Centro Nacional de Educação Especial – CENE (2009, p:35), as crianças com deficiência devem ser matriculadas juntamente com as crianças comuns, como está explícito na Resolução nº 04/2009.

Para a implementação do Decreto nº7611/2011, determina que os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

De acordo com Resolução nº 04/2009 a integração escolar é preferível porque é comprovadamente mais benéfico para pessoas com SD. Quando um menino ou uma menina que tem alguma deficiência passa a frequentar uma escola comum, é necessário satisfazer as suas necessidades educativas e docentes, por isso que não é somente entregar a criança a escola e esperar resultados, faz-se necessário que tanto docentes quanto o pessoal do apoio recebam o máximo de informações sobre o assunto para que possam responder a essa demanda.

As funções trabalhadas com essas crianças são de suma importância e necessárias para as diversas áreas da vida, onde devem ser objeto de aprendizagem das próprias, a metodologia educacional deve variar de acordo com o aluno, utilizando uma abordagem personalizada e fazendo uso de estratégias diversificadas, e que podem ser colocados na sua própria programação educativa individualizada considerar individualmente;particularizar;especial ou individual:que pertence ao indivíduo, que lhe é peculiar; designativo de uma só pessoa.

Segundo Silva, (2002) as características básicas do processo de aprendizagem dos alunos com SD demonstram que as estratégias de ensino dos professores com essas crianças precisam melhorar no seu desenvolvimento, buscando assim meios para se trabalhar com as crianças que tem necessidades educativas especiais como: mais tempo de escolaridade; mais exemplos de

exercícios, atividades, mais prática, mais avaliações e repetições para alcançar os seus desempenhos; surge também as dificuldades de abstração, transferência e generalização da aprendizagem, mas isso se resolve na maioria dos casos com as adaptações curriculares individuais. Para que isso ocorra é preciso que se implemente para as docentes com deficiência, estratégias de ensino individualizadas. Eles precisam ser ensinados sobre coisas que os outros aprendem espontaneamente, pois o processo de consolidação do que aprenderam é mais lento.

No tópico abaixo discutirá a respeito da SD e educação escolar, como se dá o trabalho de inclusão nas escolas e como é a formação dos professores que são solicitados para trabalhar nesses espaços com crianças deficientes.

2.2 Síndrome de Down e educação escolar: inclusão e formação dos professores

Sabemos que o discurso em volta da relação de crianças com deficiência na educação básica contém de tal forma algumas melhorias, tanto no método excludente dessas pessoas, já que nos dias de hoje embora seja muito presente nos nossos tempos. Agregar não se constitui somente impor a criança em uma escola suficiente, isso constitui uma modificação de costume da escola, na configuração de compreender este aluno e preparar a sistemática dos professores.

Assim, alguns autores como Moraes e Mont'Alvão (2003) falam sobre as dificuldades que existem da inserção de crianças com SD a respeito dos aspectos dos professores. Para os autores, com a inserção dos alunos com SD eles passam a se encontrar com grandes provocações e problemas no seu setor de trabalho, já que bem compreendemos que o professor vai querer a sua criança com SD como outro aluno que não se sente adequado de se abordar ou se comunicar com outro que não tenha. O professor apresenta receio, receio do desconhecido, do falho de não ser dono de um conhecimento sobre o que improvisar dentro de uma classe com o aluno que possui deficiência. Uma vez que em certas ocasiões tudo o que a criança comete assemelhar-se a está errado, inútil.

Nesse sentido, existe uma falta de habilidade para implementar a inclusão dos professores com as crianças de SD, pois os mesmos apresentam certo receio

de perder o controle da sua sala e isso significa que ele não terá todas as respostas para poder ensinar essas crianças e, conseqüentemente, necessitaram de uma ajuda extra. Em certas ocasiões o professor, sem esperar, estereotipa o aluno e o trata com sentimento de dó. No entanto, isso enfraquece a autoestima da criança com SD.

Nesse caso o professor pode solicitar estudos para mostrar como é possível habituar-se principalmente com crianças com algum tipo de deficiência e ser bem sucedido no âmbito de trabalho, até mesmo explicar como boas presenças que não restringiram suas vidas por causa de uma deficiência. E exemplos não faltam, como por exemplo, Beethoven ² compôs sua nona sinfonia quando estava totalmente surdo, pois a surdez não evitou o sucesso dele.

A transformação só ocorre quando temos consciência da importância da mudança do nosso procedimento nas áreas da educação e saúde, com um assunto sobre o qual o grau de desinformação e de preconceituoso consistir em ser evidentes por parte dos leigos e dos profissionais envolvidos. Conforme Werneck (2000, p. 58)

Um panfleto a respeito de educação inclusiva editada pela National Down Syndrome Society, mostra que qualquer assembleia norte-americana de pais e de pessoas com Síndrome de Down, descreve ser essencial que familiares profissionais e autoridades aprendam sobre as importâncias de educandário inclusiva.

A citação acima permite inferir que de fato que, além dos familiares e autoridades o professor também é um elemento bastante importante para mediar o processo ensino-aprendizagem no ensino fundamental, pois a sua reformulação de um novo projeto pedagógico mostra como os próprios acolham os diferenciais especiais de cada um. Em presença de toda essa problemática compreendemos como é enorme o acolhimento particularizado para essas pessoas que tem SD, uma vez que só pelo meio de uma instrução expressiva estas crianças vão exceder as suas dificuldades que vão aparecendo.

² Em 1798 surgiram os primeiros sintomas da surdez, mas escondeu o problema de todos. Em 1800, foi o início do período mais brilhante da carreira de Beethoven, quando ele produziu as grandes sinfonias que lhe dariam imortalidade. Em 1824, apresentou pela primeira vez a “Sinfonia nº 9”. No fim da apresentação uma tempestade de aplausos saudou o gênio. <https://www.ebiografia.com/beethoven/acesso:11/082017>.

Essas crianças com deficiência possuem capacidades de realizarem várias atividades escolhidas, entretanto precisam de certos cuidados específicos bem como: cuidado na área da saúde e o afeto da família. O esforço e o cuidado da família concebem em ser a principal ligação para inserção de uma pessoa com deficiência, pois sem esse apoio familiar não possuirá uma autoestima e sem essa auto estima as limitações podem parecer impossíveis.

De acordo com Mendes, (2010), para que essas limitações não sejam impossíveis é necessário que os pais e educadores profissionais empenhem-se para alcançar um trabalho que acolha as necessidades dos alunos, objetivando aperfeiçoar suas necessidades e potenciais, auxiliando a desenvolver seus horizontes. De fato, a educação inclusiva vem se fortalecendo dentro de um ensino satisfatório que reflete no progresso da escolarização em todo o mundo.

Para a criança com SD segundo Mendes, (2010) a inserção ou inclusão é uma atuação humana e precisa de atos humanizados de toda a sociedade para sua execução. No tópico abaixo será discutido sobre a inclusão de alunos com Down nas escolas, pois como sabemos a experiência brasileira mostra que é possível promover essa inclusão de alunos com essa síndrome, pois como se sabe essas crianças precise de algum tipo de ajuda adicional.

2.3 Inserções escolares de alunos com Síndrome de Down

Compreendemos que a educação para crianças com SD deveria ser associada as escolas e comunidade de modo que as próprias vão apresentando sugestões aceitáveis e objetivas para desenvolver de habilidades de comunicação com outros membros da sociedade. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação deve privilegiar as pessoas que possuem deficiência (enquanto crianças e adolescentes) mesmo que suas suas dificuldades, necessite ser desenvolvidas com estratégia diferenciadas de permitir aprendizado e interação de modo igualmente autônomas admissíveis e contribuir com a máxima de conhecimento de todos os campos.

O convívio, a relação e a inter-relação com as diferentes crianças, resultam no maior desenvolvimento de conhecimentos de exemplos comportamentais mais apropriados, garantindo o seu desenvolvimento. Conforme Fonseca (1987, p. 16):

A consistência é a ação mais adequada á institucionalização de deficiência e ao ceticismo e pessimismo educacional. A integração insinua consecutivamente um protejo pegado educacional e social para a criança pela integração no sistema educacional. Separar fisicamente escolas normais, de escolas especiais é uma aberração que se deve extinguir. Assim como pensamos de integração, no fundo almejamos falar interação, isto é, interação entre os deficientes e o não deficientes. Só quando se abordar uma interação constante entre os deficientes e os não deficientes se pode falar numa política de integração. Nem um pretexto humano e científico pode afirmar que a melhor educação dos deficientes passa pela separação dos não deficientes.

Ainda segundo o autor (1987, p. 23).

As escolas normais ou aceitáveis necessitam acrescentar as suas habilidades para identificarem e inserir essas crianças com Síndrome de Down. A regra de educação apresenta de dar ambiente com condição de ensino. As ideias mais integradas e individualizadas não são um luxo, são obrigações do movimento de integração.

Nas escolas do ensino regular, necessita-se resguardar a inclusão dessas crianças com deficiência e apresentar nesse ideal não bem como uma alternativa, mas assim como uma excepcional extração para arranjar e auxiliar na garantia dos direitos fundamentais de todo cidadão, mostrando-se assim com ou má saída contra a exclusão. Partimos, assim, da premissa que todo sujeito é exclusivo e diferente e, por essas caracterizações, se saem idêntico a seus conhecimentos e aprendizagem.

Entretanto, sabemos que as escolas devem oportunizar e ampliar suas capacidades especialmente que decorrem ao encontro naquelas dos alunos que oferecem maiores problemas de aprendizagem. Conforme Vygotsky (1994, p. 107):

Consequentemente se alguma pessoa estuda e faz bem direitinho um exclusivo fato, ainda consistir em ser bom de fazer bem outras coisas sem qualquer afinidade, assim como o efeito de uma certa conexão confidencial. Admitir que as aptidões mentais funcionassem independentes dos materiais com que elas atuam, e que o desenvolvimento de uma habilidade promove o desenvolvimento de outras.

Compreende que de fato não podemos colocar a criança na escola regular sem um acompanhamento profissional adequado, pois a criança ainda não apresenta preconceitos. Se as escolas exibirem que a sociedade é composta por diversas pessoas, a criança começa a se tornar um cidadão mais consciente. Para Fonseca (1987) a inclusão deve ser vista pelo meio de um projeto de coletividade, onde a escola tem que repensar seu aprendizado a partir de relações dialógicas, envolvendo família, educadores e sociedade.

Conforme Fonseca (1987, p. 23), a apresentação de crianças com SD em sala de aula enriquece o conhecimento das outras crianças e dos professores, possibilitando a troca de experiências, permitindo que as crianças com necessidades educativas especiais tenham o seu desenvolvimento mais adequado e significativo para se conviver em uma sociedade. O capítulo seguinte tratará do percurso metodológico, onde trará as análises dos dados da referida escola pesquisada.

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

O tema a ser trabalhado é o acesso de crianças com SD na escola regular, onde estudaremos mais a fundo como se dá o ingresso dessas crianças nessas escolas, como é trabalhar com as mesmas, as dificuldades encontradas tanto pelo professor quanto pelos alunos em sala de aula e o que ocasiona a SD.

A metodologia adotada para a realização deste trabalho apresenta uma breve caracterização da escola na qual ocorreu o estudo está situada no município de Cajazeiras - PB. O público alvo para relatar a situação foram duas professoras, sendo aplicado a elas, um questionário para a coleta dos dados.

A pesquisa, segundo Minayo (1994, p. 16) pode ser definida como “[...] a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente a realidade do mundo”.

Deste modo a autora supracitada compreende a metodologia como uma forma de mapa para orientar o caminho que o pesquisador deve percorrer para concretizar o seu projeto. Segundo ela, esse processo compreende o “caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 1994, p. 16).

Nesse sentido, tendo conceituado os termos pesquisa e metodologia, passa-se à necessidade de delinear as técnicas a serem empregadas no trabalho. Diante do objetivo geral a que se propôs este trabalho, será utilizada uma metodologia que possa alcançar uma dimensão compreensiva do fenômeno. Tal proceder é caracterizado através do método qualitativo.

Para Minayo (2003, p. 16-18) a pesquisa qualitativa, no entanto, trata-se de uma atividade da ciência, que visa a construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.

Portanto, quanto aos meios, a pesquisa será bibliográfica e um estudo de campo: onde irá procurar e aprofundar uma realidade específica. Conforme Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado,

constituído principalmente de livros e artigos científicos. Já a pesquisa de campo, é basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do que ocorrem naquela realidade.

Conforme Gil (2010), um dos elementos fundamentais para a pesquisa é a observação, possuindo um papel fundamental na fase de coleta de dados. Sua principal vantagem é a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação e, como desvantagem temos, que a presença do observador pode causar alterações no comportamento dos observados. “O questionário é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas as pessoas com o propósito de obter informações.”

Como instrumento de coleta de dados foi realizado um questionário com oito perguntas que se encontram no decorrer do capítulo três na análise de dados da pesquisa e o questionário encontra-se em apêndices para Gil (2011, p. 121)

Como critério de inclusão/exclusão pontuamos a permanência no grupo a mais de um ano e o interesse em participar da pesquisa. Destaca-se, que essa pesquisa foi respaldada na Resolução 466/12, que preconiza a ética na pesquisa. Na busca por informações sobre a inclusão de crianças com SD foi selecionada uma escola para a realização da devida pesquisa, que se situa na cidade de Cajazeiras - PB, na zona leste, na Avenida Severino Cordeiro N° 186 no Bairro Jardim Oásis e trata-se de uma escola pública da rede municipal.

A escola conta com 20 espaços no total sendo 9 salas de aula, 1 sala de AEE, 1 diretoria, 1 secretaria, 1 laboratório de informática (que também funciona como sala de vídeo), 1 pátio, 1 cozinha, 2 depósitos e 3 banheiros. A escola possui cerca de 530 alunos distribuídos nos turnos manhã e tarde, a escola conta com 1 aluna com Síndrome de Down.

Destacamos que a escola é o segundo ambiente mais importante na vida social de um ser humano. É lá que, com a ajuda dos educadores e pais, que um sujeito vai se constituindo como ser pensante, questionador.

A escola poderá conservar isso, despertando em seus alunos potenciais criativos, curiosidades, talentos ou poderá minimizar todas essas formas de expressão da subjetividade da criança. Em se tratando de ser uma escola referencial da rede pública da cidade de Cajazeiras - PB, que se encontra para atender a

sociedade de forma que as pessoas possuam um ensino de qualidade. Atualmente a escola conta com um número de 21 crianças com deficiência matriculadas, mas apenas 14 frequentam.

O instrumento de coletas se deu através de um questionário, com perguntas semi-estruturadas, onde as professoras responderam questões sobre o tema, Inclusão de crianças com SD na escola. A construção de um questionário, conforme Aaker (2001) é considerada uma “arte imperfeita”, pois não existem procedimentos exatos que garantam que seus objetivos de medição sejam alcançados com boa qualidade.

Ainda segundo o autor, fatores como bom senso e experiência do pesquisador podem evitar vários tipos de erros em questionários, como por exemplo, as questões ambíguas, potencialmente prejudiciais, dada sua influência na amplitude de erros.

No entanto, a entrevista foi feita por um questionário contendo oito perguntas a duas professoras da escola. Cabe salientar que, existiu a mudança da proposta de entrevista para questionário pelas professoras, em virtude de indisponibilidade de horários das mesmas para a concessão da entrevista. Tais questões serão apresentadas no decorrer do capítulo junto a descrição e análise dos dados.

3.1 Apresentação da coleta e análise de dados da pesquisa

A análise de dados da presente pesquisa se dará por meio de informações obtidas pela pesquisa, onde as professoras responderam a um questionário sobre a inclusão de crianças com deficiência SD. Os resultados dessa análise foram feitos através de uma articulação entre as respostas dos questionários e as observações, tomando como base alguns autores apresentados nessa pesquisa.

Para manter a identidade das profissionais questionadas, a organização se deu da seguinte forma: para representar a pedagoga utilizamos P1, para professora do Atendimento Educacional Especializado – AEE usamos P2, vale ressaltar que essa professora sentiu-se preparada para responder apenas duas das oito questões, pois segundo a mesma só cabia responder essas duas.

Ela enfatizou que o questionário tinha perguntas mais voltadas para o desenvolvimento e interação da aluna em sala de aula que o atendimento dela era

feito de forma individual com cada criança com deficiência. As docentes responderam ao questionário e com isso foi possível fazer as articulações entre as informações coletadas de acordo com os objetivos propostos nesta pesquisa.

Na primeira pergunta, foi questionado se os professores acreditam que a frequência de alunos com SD na escola regular tem refletido a inclusão escolar.

P1 – Não acredita na frequência de alunos com Síndrome de Down na escola regular, pois ao frequentarem a escola, não garante a inclusão dos mesmos.

P2 - Só o fato desses alunos frequentarem, sem estarem engajados no processo de ensino aprendizagem não condiz com inclusão.

Na segunda questão foi indagado como se dá a inclusão desses alunos na escola.

P1 - Acho que a inclusão de alunos com Síndrome de Down da escola pública não acontece, eles acabam sendo excluídos a que não conseguem participar das mesmas atividades desenvolvidas pelos alunos que não apresentam Síndrome de Down.

P2 - Não respondeu. A professora falou que não cabia a mesma responder algumas perguntas.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2000) “Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizar-se para o acolhimento aos alunos com necessidades especiais, garantindo as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2000).

O que pode ser ressaltado sobre o que foi observado é que as professoras buscam diferentes métodos e atividades como: para promover ao aluno com SD o seu desenvolvimento, mas muitas vezes acabam trazendo para a sala propostas diferenciadas para esse aluno, pois afirmam que não é possível trabalhar com ele da maneira que trabalha com os outros.

O primeiro dia de observação aconteceu no dia 10 de Julho de 2017, iniciando as 07h15min da manhã com uma breve oração. Logo assim que chegou a aula a criança com SD dormiu e a professora trabalhou as família do LHA-LHE-LHI-LHO-LHU com a turma.

A criança com SD só acordou pertinho da hora do recreio, foi possível observar também que, durante todo o recreio a criança só dialoga, em raríssimas vezes com a prima. Em grande parte permanece calada, ou seja, não há entrosamento com as outras crianças devido a mesma passar todo o recreio lanchando e devido a lentidão para mastigar, não sobra tempo para brincar. Algo que me chamou atenção foi ver que a criança não comia a merenda feita na escola, e que trazia, de casa, salgadinhos e uma garrafinha de refrigerante.

Cabe ressaltar que a criança já está acima do peso, desse modo, esta alimentação nos é a mais adequada. Na volta para a sala a professora trabalhou os números, observei que a mesma não tinha material nenhum na mochila, conseguimos na sala uma folha e um lápis emprestado de um coleguinha, a aluna não conseguiu transcrever nada da lousa, fazendo apenas rabiscos.

No segundo dia de observação, (11 de julho), cheguei à escola por volta de 07h30min, a aluna com SD já estava dormindo e a professora estava trabalhando com revista de quadrinhos da “turma da Mônica”. No decorrer da aula a professora tentou acordar a mesma por diversas vezes, mas sem sucesso, novamente a criança só acordou já no horário do recreio, voltando para sala a professora seguiu sua aula, onde pediu para os alunos procurarem num caça palavra exposto em uma cartolina e circularem as palavras que apareciam na historinha narrada em sala; durante esse processo a criança com SD não respondeu a nenhuma das perguntas sobre a história.

No terceiro dia de observação, 12 de julho, a aula iniciou as 07h15min da manhã. A professora fez uma oração com a turma e logo após deu início aos trabalhos, com a família do NHA-NHE-NHI-NHO-NHU, narrando a história da galinha e, novamente, a criança com SD não tinha nenhum material na mochila.

Pegamos uma folha e um lápis com uma colega, mas a mesma dormiu outra vez em sala, tentamos acordá-la, mas não conseguimos só vindo acordar quase as 09h00. No recreio, vi que ela estava sozinha e sentei ao lado da mesma, onde ofereci a merenda da escola para ela, mas a mesma só balançou a cabeça afirmando que não queria, preferiu o lanche que veio de casa (bolacha recheada e refrigerante). Voltando para a sala, a professora continuou a aula e, como a aluna não interagia, não conseguia escrever nada, a professora me pediu para passar

um desenho para a mesma pintar. Durante essa pintura percebi que a mesma não tinha coordenação motora, pois quebrava as pontas dos lápis a todo instante.

No quarto dia de observação, 13 de julho, cheguei à escola por volta de 09h15min, horário do recreio e mais uma vez a criança estava sozinha lanchando; fiquei observando de longe e o comportamento dela se repetia sempre quieta, não conversou, não brincou o recreio inteiro, novamente não comeu da comida oferecida pela escola. Voltando à sala, a professora terminou um texto na lousa, logo após passou uma tarefa de separação de sílabas. Durante toda a aula a criança com SD não fez nenhuma das atividades propostas em sala. Por fim, a professora passou um exercício de matemática para casa.

No quinto dia de observação 14 de julho, a aula iniciou as 07h15min com uma oração, logo em seguida a professora fez a correção na lousa da tarefa de casa, sentei ao lado da criança com SD com a intenção de incentivá-la a copiar a tarefa, mas a mesma fazia apenas rabiscos na folha, não conseguia copiar do quadro, por diversas vezes tentei conversar com ela, mas apenas mexia a cabeça para responder que sim ou que não quando eu perguntava algo. Cabe ressaltar que durante uma semana em que fiz a observação só ouvi a voz dela duas vezes.

A linguagem, conforme Schwartzman (1999) é a área na qual a criança com SD demonstra, em geral, os maiores atrasos. Apesar dessas dificuldades, a maioria das pessoas com SD fazem uso funcional da linguagem e compreendem as regras utilizadas na conversação, porém as habilidades para a comunicação são bastante variáveis entre elas.

Na terceira questão foi perguntado como é a acolhida das crianças que têm SD na escola. Durante os dias que foram feitas as observações foi possível perceber que realmente a aluna é tratada com respeito por todos da instituição. Mas já no caso do conceito de igualdade fica um pouco a desejar, pois a aluna é tratada com diferença em relação às atividades como, por exemplo: a atividades que é passada para a turma durante a aula não é a mesma que se passa para a aluna com SD.

Em relação a brincar com os amiguinhos a aluna é quieta fica, mais na sua; a maneira das professoras lidarem com a mesma, e até mesmo dos alunos que tratam de maneira diferenciada a aluna com SD, não estimulando a mesma a brincar nem mesmo no horário recreativo.

Vygotsky (1988) fala que o brinquedo ajuda a desenvolver uma diferenciação entre a ação e o significado. A criança, com o seu evoluir, passa a estabelecer a relação entre o seu brincar e a ideia que se tem dele, deixando de ser dependente dos estímulos físicos, ou seja, do ambiente concreto que a rodeia.

O brincar relaciona-se ainda com a aprendizagem. Brincar é aprender na brincadeira, reside a base daquilo que, mais tarde, permitirá à criança uma aprendizagem mais elaborada. O lúdico torna-se, assim, uma proposta educacional para o enfrentamento das dificuldades no processo ensino-aprendizagem.

P1 - Quando o aluno com Síndrome de Down chega na escola é tratado com muito respeito e carinho por todos da escola.

P2 - Não respondeu, pois falou que não cabia a mesma responder.

Para Mantoan (2003) a igualdade deve deixar de ser uma norma. Não é o direito de ser igual que deve prevalecer, mas direitos iguais apesar das diferenças. Deve-se lutar pela heterogeneidade, pela diversidade, pela riqueza que o diferente nos traz, não há nada de novo a aprender com o igual, mas a convivência com o diferente, sem dúvida, é valiosa.

Foi questionado na quarta questão como acontece a relação das crianças com SD em sala de aula.

P1- O relacionamento da criança com Síndrome de Down é muito bom, ela se relaciona bem com as outras crianças, mas como sabemos não podemos determinar esse comportamento para todos que tem essa síndrome, como sabemos cada indivíduo age de modo particular.

P2 - Não respondeu.

Para Gil (2005) o currículo da escola deve respeitar as características de cada estudante oferecendo propostas pedagógicas que contemplem as necessidades de cada aluno com o objetivo de fazer da escola um ambiente realmente inclusivo, onde

as crianças sintam-se acolhidas e protegidas. A respeito da quinta questão foi indagado como é realizada a avaliação com a criança que tem Síndrome de Down.

P1- Avaliamos esse aluno portador dessa síndrome conforme suas limitações e capacidades, de acordo com sua evolução cognitiva.

P2 - Não respondeu.

O aluno realmente condiz com o que destacam essa profissional, pois as atividades são diferenciadas, respeitando sempre o tempo do aluno voltadas ao mesmo, a criança com SD possui uma forma de desenvolver um pouco lenta em relação aos outros. Diante das afirmações, nota-se que a profissional concorda que o empenho da equipe da escola é fundamental nesse processo de alfabetização, de modo que a metodologia é o ingrediente principal que faz a diferença. Dando continuidade ao questionário a sexta pergunta se refere a como se dá o aproveitamento das crianças com Síndrome de Down em relação às outras crianças.

P1-Acho que não dar para comparar crianças com Down com as ditas normais, já que ambas são diferentes em relação a comportamento, aprendizagem e outras diferenças. O que podemos fazer ao que se refere ao aproveitamento na evolução desse aluno é o comportamento, o progresso que essa criança poderá ter se for o caso.

P2 - Não respondeu.

A presença de alunos com deficiência está cada vez maior no sistema educacional, no entanto, isso faz com que as escolas comecem a se adaptar aos novos conceitos pedagógicos. No entanto, apesar de a inclusão de crianças e jovens com algum tipo de deficiência nas escolas regulares tenha aumentado nos últimos anos, são grandes os desafios de preparar os professores para mantê-las na sala de aula com os demais colegas, e de receber as crianças que ainda estão excluídas. Na questão sete pergunta-se: qual o maior desafio encontrado pelos alunos com Síndrome de Down no ambiente escolar, e pelo professor.

P1-Acho que é a dificuldade de aprendizagem em relações as outras crianças, quanto ao professor é como trabalhar com o portador de Síndrome de Down, já que a escola não disponibiliza recursos para isso.

P2 - Não respondeu.

Segundo Carvalho, (2003) diante dos desafios da inclusão, os professores evoluem na sua maneira de fazer acontecer a aprendizagem nas suas aulas, pois a presença de crianças com deficiência na sala de aula pode provocar, em seus professores, mudanças metodológicas e organizativas, de modo a criar um ambiente de aprendizagem mais rico para todos.

Com relação as respostas não contestadas da professora P2, a mesma disse que não cabia a ela responder as questões as quais foram atribuídas, por isso em algumas das discussões da análise desse trabalho nota-se que não há discursos dela.

Como sabemos os fundamentos teóricos metodológicos da inclusão escolar centralizam-se numa compreensão de educação de qualidade para todos, destacando o respeito às diferenças dos alunos. De tal modo, em face às mudanças propostas, cada vez mais têm sido repetida a importância da preparação de profissionais e educadores, em especial do professor de classe comum, para o atendimento a todas as crianças, com ou sem deficiência.

Na última questão perguntou-se aos profissionais da escola o que é inclusão escolar para eles.

P1- Inclusão escolar para mim é quando o aluno consegue se incluir na sala de aula e em todo ambiente escolar, participando de todos as atividades propostas para todos os alunos, uma vez que esta não consegue, ela acaba sendo excluída.

P2 O fato dos alunos conseguirem sair das escolas ditas especiais e se enquadrarem no ensino regular ensinado e aprendendo com alunos sem necessidades especiais é inclusão.

Como sabemos a Inclusão escolar é acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e

psicológicas. O termo é associado mais comumente à inclusão educacional de pessoas com deficiência física e mental. Para Carvalho (2003, p. 61) a inclusão requer muita reflexão e preparo do contexto escolar. O movimento inclusivo no contexto educacional é desafiador, pois exige mudanças em vários aspectos a fim de superar as barreiras para a educação inclusiva.

De tal modo para Gugel, (2008 apud LIMA, 2015, p.18) a luta pela inclusão é uma jornada que remonta de muito tempo, e que vem sendo implementada a passos muito curtos ao longo dos anos. Durante o período desde os mais antigos até os dias de hoje as pessoas que nascem com algum tipo de deficiência têm travado uma verdadeira batalha, inclusive pela própria sobrevivência, elas eram segregadas, em algumas culturas, poderiam ser abandonadas, até mesmo mortas.

O artigo 208, da Constituição Federal Brasileira especifica que é dever do Estado garantir "atendimento educacional especializado a crianças com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino", condição que também consta no artigo 54, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A legislação também obriga as escolas a terem professores de ensino regular preparados para ajudar alunos com necessidades especiais a se integrarem nas classes comuns. Ou seja, uma criança que tenha deficiência não deve ter de procurar uma escola especializada. Ela tem direito a ser matriculada nas instituições comuns, e é dever dos professores elaborar e aplicar atividades que levem em conta as necessidades específicas dela.

Segundo Salamanca, (1994), certas ocasiões sobre o atendimento educacional especial (AEE) deve ser feito com o auxílio um profissional de apoio, em caso de paralisia cerebral, por exemplo. Esse profissional auxilia na execução das atividades que na nota técnica diz que as funções são de alimentação, higiene, locomoção e comunicação. O professor e o responsável pelo AEE devem coordenar o trabalho e planejar as atividades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo mostrar como se dá a inclusão de alunos com SD em uma escola da Rede Municipal de Ensino na cidade de Cajazeiras- PB. No entanto para conhecer o histórico de alunos com essa síndrome, e como se dá o processo de inclusão do mesmos, com os professores, mostramos como são utilizadas as metodologias e estratégias aplicadas na alfabetização dessas crianças e o que eles pensam sobre a inclusão, sobre os aspectos facilitadores e dificultadores deparados no trabalho com essas elas na escola.

De fato o tratamento de pessoas com SD também avançou de modo evidente ao longo das décadas. Seu período de vida aumentou, melhorou a educação e os cuidados das pessoas ficaram marcantes. No entanto, durante muitos anos, considerava-se que as crianças com SD não apresentavam potencialidade para estudar e aprender. Negava-se a oportunidade para estudarem, pareciam confirmar a errônea baixa estimativa da sociedade a respeito de suas capacidades.

O estudo se concretizou por meio da pesquisa qualitativa através de um questionário com oito perguntas respondidas por duas professoras, cujo dados coletados constituíram estabilizados e avaliados a partir do diálogo com alguns autores.

No entanto, em se tratando das professoras, as duas demonstraram um pouco despreparadas para trabalhar com essa criança porque consideram que falta na escola engajamento dos profissionais, projeto interdisciplinar, recursos, capacitação e a escola não está adaptada aos alunos com deficiência. Quanto à percepção das professoras em relação à inclusão os resultados mostram que os professores consideram a inclusão como um desafio enorme para o nosso sistema educacional e afirmam que só será possível quando a escola estiver adaptada e com profissionais capacitados.

Destacam-se como pontos positivos nessa pesquisa a socialização, aprendizagem, os valores e as mudanças porque favorecem a convivência com os colegas da mesma idade, estabelece vínculos de amizade e recebe estímulos dos colegas e aprendem pela imitação, desenvolvem os valores percebidos e internalizados como o sentimento de igualdade, de valorização, de oportunidades e

de solidariedade; em se tratando dos pontos negativos o que mais se destaca entre outros fatores na opinião das professoras é a metodologia aplicada porque faltam diretrizes e alternativas para o atendimento especial da criança com SD (dentre outros) como a capacitação, os recursos, a estrutura física e as salas de aula superlotadas.

Constatou-se que a maioria dos autores pesquisados avalia ser possível alfabetizar as crianças com SD desde que a escola tenha condições necessárias, dê suporte pedagógico e seja adaptada, respeite o tempo da criança e suas limitações. De acordo com a fundamentação teórica, entende-se que a metodologia compreende o estudo dos métodos, o conjunto dos procedimentos de investigação das diferentes ciências quanto aos seus fundamentos e validade, distinguindo-se das técnicas que são a aplicação específica dos métodos.

Como sabemos a socialização é estimada pelas professoras um dos aspectos facilitadores mais significativos na inclusão dos alunos com SD outros como: a aceitação do diferente, a troca de experiências e o apoio dos professores junto as crianças contribuem para o desenvolvimento da mesma. Quanto aos aspectos dificultadores da inclusão destacam-se a falta de profissionais capacitados, especialistas e o entrosamento entre a equipe multidisciplinar e os professores, falta trabalhos interdisciplinares, materiais e assistência pedagógica.

Esse estudo permitiu somar mais possibilidades de observação e intervenção, objetivando aperfeiçoar a aprendizagem das crianças com SD e saber que elas são crianças especiais, que têm dificuldades como qualquer outra pessoa e são também capazes de vencer suas dificuldades e se desenvolverem se forem devidamente assistidas. Outro fator importante foi a reflexão da prática educacional para a inclusão dos alunos com SD na rede regular de ensino.

Nota-se que esse estudo pode causar uma discussão de novas posturas em relação às crianças com deficiência na escola. Os desafios a serem enfrentados na escola inclusiva sinalizam que a convivência com as diferenças cria um ambiente rico de aprendizagens e as crianças crescem desenvolvendo habilidades como a tolerância e a aceitação do outro, importantes para sua vida social e profissional futura.

Partindo desses pressupostos pode-se concluir que os dados da pesquisa podem evidenciar e ajudar em algumas mudanças na escola. Muitos professores

demonstraram interesse em se capacitar para lidar com a diversidade presente na escola.

Recomenda-se para os próximos trabalhos de pesquisas uma nova abordagem sobre a SD. O que realmente se espera da criança com SD numa escola de ensino regular? Como sensibilizar o professor na sua missão de incluir crianças com deficiência. O que fazer para convencer o professor que todos os alunos são capazes de aprender ainda que seja de maneira não convencional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marina S. Rodrigues. **Manual Informativo sobre inclusão: informativo para educadores** (2000). Disponível em: Acesso: 16/08/2017

ANHÃO, P. P. G., L. I, J. L. (2010). **Interação social de crianças com Síndrome de Down na educação infantil**. Revista Brasileira de Educação Especial, 16(1), 31-46.

AAKER, et al **“Marketing Research”** (7th Ed.), New York: John Wiley & Sons, Inc.(2001).

BEZERRA NETO, José Coelho. **Desenvolvimento psicomotor proporcionado pela capoeira ao síndrome de Down**. Faculdade Maurício de Nassau: Recife, 2010.

BUENO e PRIOSTE J. G. S. **A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular**. Temas sobre desenvolvimento, v. 9, n. 54, 2007/2001.

BRASIL Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, 2009.**

Brasil. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

Brasil. (1996). **Ministério da Educação e do Desporto. Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Especial. Integração, ano 11, n. 17, 1998.

Brasil. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Especial-MEC/SEESP, 2001.

Brasil. Conselho Nacional de Educação. Parecer 17/2001, de 3 de julho de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF, 2001b.

Brasil. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. Programa Educação Inclusiva: **direito à diversidade. Educação Inclusiva: a escola**. Brasília: MEC/SEESP, 2004. v. 3.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Ministério da Justiça/Corde. Declaração de Salamanca e linha de Ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, 1994 [‘s.e.]

BUENO, J. G. S. **A educação Inclusiva e as novas exigências para a formação de professores.** São Paulo: Editora UNESP. 1999.

CBN/CEB N°02. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** MEC SEESP, 2001

CARVALHO, R.E. **Removendo barreiras para a aprendizagem. Educação inclusiva.** 3ed.Porto Alegre: Mediação, 2003.

Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva.** 2. Ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

FONSECA, Vitor da.**Educação Especial.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

FAUSTO, N.; MITCHELL, R. N. Robbins. **Patologia básica.** 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GORGATTI, T. **Ferramenta para a felicidade e bem-estar.** Educação & Família – deficiências: a diversidade faz parte da vida! São Paulo, v.1, p.40-41, 2003

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 ed. São Paulo: Atlas 2010.

LIMA, Romana Míssiane Diógenes. **Efetivação do direito à educação para as crianças e adolescentes com deficiência física de Fortaleza:** análise jurídica da situação escolar vivenciada no município. 2015. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Programa de Pós Graduação em Direito, Fortaleza-CE, 2015.Disponívelem:<<http://pergamumweb.sti.ufc.br:8080/pergamumweb/vinculos/000025/000025a2.pdf>>. Acesso em: 24 de Abril de 2017

Lev Semenovich. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar.** In: VIGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Tradução de Maria da Penha Villalobos. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1988. p. 103-117.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, L. A. R. **Educação integrada do portador de deficiência mental: alguns pontos para reflexão.** Integração, n. 26, p. 27-31, 1996.

Mazzotta MJS. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 2 ed. São Paulo: Cortez; 1999.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil História e Políticas Públicas**. 5. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MORAES, A., MONT'ALVÃO, C. R. **Ergonomia: conceitos e aplicações Metodologia Ergonômica**. Rio de Janeiro: iUsEr, 2003 p.139.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero: começando pelas creches**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001. p.09-29.

PEREIRA-SILVA, N. L.; DESSEN, M. A. **Com síndrome de Down: etiologia, caracterização e impacto na família**. Interação em Psicologia, v. 6, n. 2, p. 167-176, 2002.

PUESCHEL, S. M. **Síndrome de Down: guia para pais e educadores**. In: BEZERRA NETO, José Coelho. Desenvolvimento psicomotor proporcionado pela capoeira ao síndrome de Down. Faculdade Maurício de Nassau. Recife, 2010.

PRIOSTE, C.; RAIÇA, D.; MACHADO, M. L. G. **Questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental**. São Paulo: Avercamp, 2006.

PRIOSTE, C. D. **Diversidade e adversidades na escola: queixas de professores frente a educação inclusiva**. An6 Col. LEPSI IP/FE-USP 2007. Disponivelem<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032007000100026&lng=en&nrm=iso, acesso em 24 de Abril de 2017.

RAMOS, Marise Nogueira. **A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002a. GT MARXISMO, POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS. ANAIS do VII ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO Belém, Universidade Federal do Pará, Maio de 2016. ISBN 978-85-7395-161-5 5

STRAY - GUNDERSEN, Karen. **Crianças com Síndrome de Down: Guia para Pais e Educadores**. Porto Alegre: Artemed, 2007, p.17.

SCHWARTZAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999.

SILVA, S. C.; ARANHA, M. S. F. **Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva**. Revista Brasileira de Educação Especial,

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente: o desenvolvimento os processos psicológicos superiores**. 5. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WERNECK, Claudia. **Muito prazer eu existo**. Rio de Janeiro: WVA, 1993.

REFERENCIAS CONSULTADAS

ALVES-MAZZOTI, A. J. E. **O método qualitativo nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2 ed. São Paulo: Pioneira. 1999.

A Síndrome de Down é um distúrbio genético que pode afetar qualquer raça, sexo ou etnia. Disponível em: <<http://www.brasilecola.uol.com.br/doencas/sindrome-de-down.htm/>> Acesso em: 09 de Julho de 2017.

BRASÍLIA. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação à Distância. **Deficiência mental**. Deficiência física. Brasília: Caderno da TV Escola; Educação Especial, 1998, 96p.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e Seus Pais**. Tradução: Raquel Mendes. 2. Ed. Riode Janeiro: Record, 1993.

Doenças Genéticas: Síndrome de Down - Projeto Ghente <http://www.ghente.org/ciencia/genetica/down.htm> acesso: 30/08/2017.

ELIANAFRANÇALEME: http://www.cuidademim.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&catid=4:artigos&id=113:a-importancia-da-escola-e-seu-lugar-na-constituicao-humana acesso: 28/08/2017.

GUIMARÃES, Arthur. **Inclusão que funciona**. Nova Escola: A revista do professor, São Paulo, n. 165, p. 42-47, set. 2003.

Inclusão de alunos com síndrome de Down no ensino fundamental. Disponível em: <<http://www.movimentodown.org.br/2013/05/inclusao-de-alunos-com-sindrome-de-down-no-ensino-fundamental/>> Acesso em: 11 de abril de 2017

JÚNIOR, J. V.; LIMA, A.L.S. **A inclusão da criança com síndrome de down no ensino regular**. Revista Iniciação Científica, Criciúma, v. 9, n. 1, p. 83, 2011.

JUSBRASIL. <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/busca=ARTIGO+208+DA+CONSTITUI%C3%87%C3%83O+FEDERAL>. Acesso em: 21/08/2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Que destino os educadores darão a pedagogia?**
In: PIMENTA, Selma Garrido. Pedagogia, ciência da educação. 6. ed. São Paulo:
Cortez, 2011. Cap. 4, p. 127-158

RIBAS, João Batista Cintra. **O que são pessoas deficientes.** São Paulo:
Nova Cultural; Brasiliense, 1985.

STRATFORD, Brian. **Crescendo com a Síndrome de Down.** Tradução:
Lucia Helena Reilly; Revisão: Viviane Veras; Revisão técnica: A. Fernando Ribeiro,
Ulysses Moraes de Oliveira. Brasília: Corde, 1997.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design
para o ensino e a aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades
Educativas Especiais. Brasília: CORDE,
1994. [https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/o-que-e-
inclusao-escolar/71911](https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/o-que-e-inclusao-escolar/71911). Acesso 22-07-2017.



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO SOBRE INCLUSÃO

PROFESSORES

1- Você acredita que a frequência de alunos com Síndrome de Down na escola regular tem refletido a inclusão escolar?

2- Como se dá a inclusão desses alunos na escola?

3- Como é a acolhida das crianças que tem Síndrome de Down na escola?

4- Como acontece a relação das crianças com Síndrome de Down em sala de aula?

5- Como é realizada a avaliação com as crianças que tem Síndrome de Down?

6- Descreva acerca do aproveitamento das crianças com Síndrome de Down em relação às outras crianças.

7- Qual o maior desafio encontrado pelos alunos com Síndrome de Down no ambiente escolar, e pelo professor?

8- O que é inclusão escolar para você?

